

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Corte ilícito de exemplares isolados Araucaria angustifolia - Chapecó

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00005278-4

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **TECTUS INCORPORAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.386.739/0001-58, com sede na Rua Av. Getúlio Dorneles Vargas, N. 3460-N, Líder, Chapecó, neste ato representada por Valdecir Vanderlinde, CPF n. 025.014.459-02 e Jahyr Sarayva Júnior, CPF n. 043.014.149-16 telefone (49) 2049 0990; e **CLASS CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 02.574.670/0001-47, com sede na Avenida Getúlio Dorneles Vargas, n. 884, sala 01, Edifício Gabriela, Centro, Chapecó, 89805-186 (49) 3329-4661, neste ato representada por seu sócio Carlos Brum, CPF n. 867.359.269-00; doravante denominadas *compromissárias*,

CONSIDERANDO que é dever constitucional da União, Estados e Municípios "proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas" (art. 23 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o princípio reitor do direito ambiental é o da preservação, como se lê do art. 225 da Constituição da República, que impõe ao Poder Público a obrigação de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" e "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção

de espécies";

CONSIDERANDO que a função social da propriedade só é considerada atendida quando utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente (art. 186, II, CF) e até mesmo a ordem econômica deve obedecer aos princípios da "defesa do meio ambiente" (art. 170, VI, CF);

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil a partir da colheita de informações sobre a indevida supressão de treze pinheiros brasileiros (araucárias), espécie constante na lista de espécies ameaçadas de extinção, e que estavam plantadas no imóvel onde a compromissária construirá um condomínio residencial, localizado na Rua dos Açudes, 99-D, Bairro Pinheirinho, Chapecó, requerimento formulado por Class Construtora e Incorporadora Eireli (Autorização de Corte de Vegetação n. VEG /92/2020);

CONSIDERANDO que o corte de árvores isoladas é regulamentado pela Instrução Normativa n. 57, do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e tem autorização legislativa no art. 38 do Código Ambiental de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que nos termos do item 4.7 da IN 57 "**excepcionalmente** poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção, verificadas as seguintes hipóteses: a) risco à vida ou ao patrimônio; b) ocorrência de exemplares localizados em áreas rurais e urbanas consolidadas e com atividades/empreendimentos devidamente licenciados, com **comprovada inexistência de alternativas** e desde que com anuência do município, quando couber; c) realização de pesquisas científicas; d) utilidade pública;"

CONSIDERANDO a constatação de que, no procedimento administrativo de autorização de supressão: **1)** não se comprovou qualquer

das exceções acima citadas; **2)** optou-se sem justificativa pela compensação ambiental de 3.000m², consistente na averbação em matrícula imobiliária;

CONSIDERANDO que a compensação em área urbana pode se dar mediante doação ou plantio, sendo que a alínea "c" do item 4.5 da IN 57 prevê que a doação se dê à prefeitura ou aos comitês de bacia hidrográfica e a alínea "d" registra que, no caso de plantio, as mudas "deverão ser plantadas **preferencialmente no mesmo imóvel territorial**, não sendo isto possível, deverão ser plantadas na mesma bacia hidrográfica ou microbacia, em **propriedade da mesma titularidade**";

CONSIDERANDO que em tema de Direito Ambiental, a discricionariedade é sempre regada pelos seus princípios reitores, sendo o principal deles o da preservação;

CONSIDERANDO que a IN 57 exige que, no caso de espécies ameaçadas de extinção, o plantio seja **da mesma espécie** (item 4.5, "e"), evidenciando-se que tal obrigação também não foi respeitada, havendo falhas no procedimento ao permitir a compensação ambiental de 3.000m², sem especificar as espécies;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O presente compromisso de ajustamento de condutas tem como objeto a supressão indevida de exemplares de araucária plantados no imóvel onde as compromissárias construirão um condomínio residencial, localizado na Rua dos Açudes, 99-D, Bairro Pinheirinho, Chapecó;

DAS OBRIGAÇÕES DAS COMPROMISSÁRIAS

Cláusula 2ª - Em 180 dias as compromissárias comprovarão ao Ministério Público a execução do projeto anexo, que contempla o plantio de 21 exemplares de araucária angustifolia e de 18 mudas de espécies nativas em geral, nos fundos do imóvel;

Cláusula 3ª. Em 24 meses as compromissárias comprovarão ao Ministério Público o plantio de outras 18 mudas de árvores nativas ou frutíferas no empreendimento, e mais 6 árvores nativas na testada frontal do imóvel (rua dos Açudes), também conforme projeto anexo;

Parágrafo único. O prazo desta cláusula poderá ser ampliado caso a entrega do empreendimento sofra atraso justificável.

Cláusula 4ª. As mudas receberão manutenção e cuidados necessários e serão mantidas de modo perpétuo nos imóveis descritos.

Parágrafo primeiro. Em caso de perecimento, mesmo da árvore adulta, as compromissárias providenciarão a substituição e replantio;

Parágrafo segundo. A obrigação de recuperação e manutenção das árvores é *propter rem* e deverá, a tempo e modo, ser comunicada ao síndico e aos adquirentes das unidades do imóvel;

Cláusula 5ª - Ficam mantidas toda as demais exigências da LAI 41/2020.

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 6ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, as compromissárias ficarão sujeitas a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 50.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público;

Parágrafo primeiro. As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual e Municipal de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo. O pagamento de eventual multa não exime as compromissárias do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 8ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 16 de março de 2021

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Class Construtora e Incorporadora
Eireli - Carlos Brum
Compromissário

Tectus Incorporações S.A.
Valdecir Vanderlinde e Jahyr Sarayva Júnior
Compromissários

Rogério Dill
OAB 38.593

Darlin Bonadiman
OAB 48.271